

POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO URBANA: UMA ABORDAGEM MORFOLÓGICA PARA A PRESERVAÇÃO DA PAISAGEM HISTÓRICA

DINIZ, Mariana Pizzo¹

RESUMO

O conceito de política urbana pode assumir significados relacionados. Em um contexto específico de ação pública que trata de áreas urbanas, ou então como uma diretriz geral para a ação pública nas cidades. A centrar-se principalmente nesta última perspectiva, propõe-se um debate sobre a aplicação das teorias morfológicas urbanas como uma abordagem complementar as políticas de conservação urbana. A conservação do património cultural representado pela forma urbana tem sido, até muito recentemente, delimitado por estruturas individuais (i.e. edifícios e monumentos) e áreas especiais. Uma abordagem morfológica permite uma análise integrada da paisagem urbana, a considerar o tecido urbano e suas características históricas e culturais como partes integrantes a serem preservadas. Apesar deste tipo de abordagem ainda ser circunstancial, algumas iniciativas da UNESCO têm incluído a paisagem urbana como um conjunto na delimitação de áreas consideradas Patrimônio Mundial. Considerando esta perspectiva, este artigo ilustra os contributos para a conservação e gestão da política das cidades por meio da aplicação de uma abordagem morfológica urbana. Pautado por uma revisão de literatura, investiga-se formalmente como esta disciplina pode fornecer uma abordagem complementar e sistemática em relação ao carácter físico das áreas históricas, a fim de informar as ações de conservação urbana, bem como alargar a sua base informativa ao planeamento e gestão da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia Urbana, Conservação e Políticas Urbanas, Região Morfológica.

A MORPHOLOGICAL APPROACH TO THE PRESERVATION OF URBAN LANDSCAPE HERITAGE

ABSTRACT

Urban policy may assume two closely related meanings—as a specific course of public action addressing urban areas and problems, or as a general high-level guide towards public action in relation to urban areas and issues. Mainly focused on the latter perspective, we propose a discussion regarding the application of urban morphological theories as a supportive and complementary approach in urban conservation policy. The conservation of cultural heritage in urban physical form has until very recently been almost entirely concerned with individual structures, often notable buildings and monuments, and special areas. A standard approach in policy-and practice orientated bodies is to consider historic features in geographical isolation from the wider landscapes of which they are an integral part. Greater recognition of this is belatedly, and sporadically, beginning to become evident. For instance, the World Heritage Cities Programme of UNESCO is explicitly broadening its perspective to consider historic urban landscapes as ensembles. Within this framework and employing a method of literature review, this paper illustrates the contributions to the policy conservation and management of historical of cities through the application of an urban morphological approach. We formally investigate how such discipline can provide a complementary and systematic approach towards the physical character of historical areas in order to inform urban conservation actions, as well as extend its informative basis to landscape planning and management.

KEYWORDS: Urban Morphology, Urban Conservation and Policies, Morphological Region.

1. INTRODUÇÃO

O termo "política urbana" pode assumir dois significados a depender do seu contexto de aplicação. A palavra "política" pode indicar um curso de ação definido entre alternativas e destinado a orientar decisões específicas. Dentro desse quadro, a política urbana refere-se a tais cursos de

¹ Doutoranda na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente - CITTA. Porto, Portugal. E-mail: mpdarquitetura@gmail.com.

atuação em relação às áreas urbanas e questões, especialmente no âmbito público. No entanto, o termo política também pode indicar um guia geral para a decisão e ação, particularmente por entidades governamentais ou públicas. Neste caso, a política urbana retém princípios gerais que norteiam a atuação pública nas áreas urbanas e nas questões associadas a elas (AMATO *et al.*, 2016; COLAVITTI, 2011; EUROPEAN COMMISSION, 2019; FISKER *et al.*, 2018; MAGEEAN, 1999; ZEAYTER; MANSOUR, 2018). Com enfoque nesta segunda perspectiva, propõe-se um tema a ser desenvolvido no âmbito da política de conservação urbana e na preservação do patrimônio histórico e cultural.

As atuais ações focadas na conservação do patrimônio histórico da forma urbana são limitadas a interpretação de estruturas individuais, como edifícios e monumentos, e áreas especiais (CHANDAN; KUMAR, 2019; WHITEHAND, 2009; ZEAYTER; MANSOUR, 2018). Isso ocorre porque as políticas de conservação na prática tendem a tratar características históricas em isolamento geográfico, desconsiderando o tecido urbano como um elemento agregado (WHITEHAND; GU, 2010).

Esta perspectiva comprensiva do tecido histórico foi recentemente reconhecida no contexto das áreas urbanas. O *World Heritage Cities Programme* (UNESCO), é um exemplo no qual as paisagens urbanas históricas passaram a ser interpretadas como conjuntos (UNESCO, 2019; WHITEHAND, 2015; WHITEHAND; GU, 2010). Este programa visa especificamente auxiliar órgãos locais e nacionais nos desafios de proteger e gerenciar o seu patrimônio histórico e cultural urbano. A diretriz do programa é estruturada por dois objetivos: I. desenvolver um marco teórico para a conservação do patrimônio urbano, e II. prestar assistência técnica aos órgãos públicos para a implementação de novas abordagens práticas. É de particular interesse para o quadro de discussão introduzido neste artigo o primeiro objetivo do Programa, que diz respeito à construção de um arcabouço teórico para a conservação da paisagem urbana.

Ao sustentar esta nascente perspectiva, ressalta-se o referencial científico-acadêmico acumulado no campo da investigação das paisagens urbanas históricas. Em particular, ressaltamos a área da morfologia urbana, cujo objeto de estudo também comprehende o patrimônio histórico, social e cultural das paisagens urbanas (COLAVITTI, 2011; CARDONE, 2019).

Esta interpretação morfológica das cidades como mosaicos urbanos, isto é, uma agregação física de partes pertencentes a períodos históricos diferentes, nos permite identificar elos e potenciais contribuições para a conservação das paisagens urbanas históricas (COLAVITTI, 2011; CARDONE, 2019).

Para a disciplina da morfologia urbana, a paisagem urbana é compreendida como resultado de um processo cumulativo de estratificação histórica, no qual as entidades urbanas adquirem aspectos

formais e físicos que refletem os códigos culturais e sociais dos períodos precedentes no processo formativo da cidade. Importantes conceitos de natureza histórico-qualitativa na morfologia urbana buscam explicar como a forma da cidade é continuamente moldada por diferentes agentes e processos ao longo do tempo e, portanto, constitui agregados históricas (GU, 2018). Particularmente, o conceito de Regiões Morfológicas é um dos mais importantes no reconhecimento dos padrões da forma da estrutura histórico-geográfica da paisagem urbana.

Este artigo revisa as contribuições do método de regionalização morfológica no mapeamento da paisagem urbana como base para o caráter informativo das cidades às ações de conservação e planejamento das atividades. Portanto, abordam-se as seguintes questões: I. Quais são os debates e práticas atuais na conservação do patrimônio paisagístico urbano? II. No âmbito da política de conservação urbana e da preservação do patrimônio histórico e cultural, como as teorias morfológicas urbanas podem fornecer uma abordagem complementar e sistemática para a compreensão do caráter físico das áreas históricas? III. No âmbito das teorias morfológicas urbanas, como podemos explorar sua base informativa na prática de planejamento urbano considerando as ações de conservação urbana?

O artigo estrutura-se em quatro seções. Na primeira parte apresenta-se o referencial teórico sobre políticas urbanas e práticas de conservação em cidades históricas, juntamente com os estudos contemporâneos sobre ideologias de conservação em design e planejamento urbano e as abordagens padrão na delimitação de áreas históricas (AMATO *et al*, 2016; COLAVITTI, 2011; CARDONE, 2019; CHANDAN; KUMAR, 2019; ROBERTS *et al*, 2016; ZEAYTER; MANSOUR, 2018). Na sequência, revisa-se a aplicação da morfologia urbana nas práticas de conservação, com ênfase na abordagem histórico-geográfica da paisagem urbana e no conceito de regiões morfológicas (BARKE, 2003; CONZEN, 1960, 1988; OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA; YAYGIN, 2020).

Na terceira seção, revisa-se a aplicação da regionalização como método morfológico e analítico em ações de conservação. Neste ponto, três estudos de caso são identificados e revisados (GU, 2018; KROPF, 2012; WHITEHAND; GU, 2007). Por fim, apresenta-se uma discussão sobre os achados empíricos e amplia-se debate sobre o planejamento de atividades de conservação e prática de design, explorando como o método de regionalização pode fornecer uma base informativa e articular o processo de tomada de decisão na gestão de políticas de conservação urbana (AMATO *et al*, 2016; COLAVITTI, 2011; DASTGERDI; DE LUCA, 2018; SCHEER, 2020).

2. POLÍTICAS URBANAS E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO EM CIDADES HISTÓRICAS

O termo "conservação" indica uma atividade multidisciplinar, que envolve amplamente vários aspectos, como meio ambiente, arte e arquitetura e arqueologia. Especificamente, no contexto do ambiente físico, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), define ações de conservação como atividades para desenvolver um espaço e preservar seu significado cultural (CHANDAN; KUMAR, 2019). Os debates sobre as políticas de conservação estão estruturados por diferentes abordagens (TOMLAN; JOKILEHTO, 2004; ZEAYTER; MANSOUR, 2018). A literatura constata um acordo comum de cinco pontos principais na história dos movimentos de conservação: a "revolução francesa" 1789, a "Primeira Guerra Mundial" 1914, a "Segunda Guerra Mundial" de 1945, "Colapso do bloco socialista" 1989 e o início da atual "Era da Globalização".

Na era pré-clássica, Zeayter e Mansour (2018) e Tomlan e Jokilehto (2004) argumentam que as ações de conservação iniciaram por um pretexto religioso. No período clássico de Atenas, a ideologia para conservar edifícios antigos estava relacionada à sua demanda pública por *pietas* (foco) devido à glorificação do poder da cidade. No início da Roma Cristã, duas tendências foram distinguidas: desintegração de edifícios antigos versus uso de material de edifícios antigos para construir novos. Durante o período renascentista no século XV, a coleta de antiguidades foi uma tendência e as propostas de restauração iniciaram com Alberti, que elaborou as primeiras teorias sobre atividades de conservação.

Seguindo o período pós-Revolução Francesa, o movimento de conservação tornou-se robusta ao desenvolver bases teóricas e abordagens científicas na prática de conservação. Especificamente, na França, Viollet-Le-Duc defendeu as noções de Restauração Estilística, que configuraram uma abordagem sem distinção entre restauração e conservação (TOMLAN; JOKILEHTO, 2004; ZUCCONI, 2014). Na década de 1840 iniciou-se na Inglaterra um debate sobre os princípios de conservação e restauração de edifícios históricos a partir de dois grupos opostos: restauradores e anti-restauradores. O primeiro grupo defendia uma restauração fiel, também referida como "restauração conservadora", refletindo a abordagem da restauração estilística concebida por Viollet-Le-Duc. No entanto, tal abordagem foi fortemente criticada como uma restauração destrutiva, visto que a mesma visava uma unidade de estilo na estrutura e na forma, o que permitiu ao restaurador completar o projeto como conforme a sua conveniência.

O segundo grupo, no entanto, era consciente do "tempo histórico", por isso insistiram em proteger e conservar sem intervenção. Essa ideologia foi definida como "reparação conservadora" ou "anti-restauração", movimento iniciado por John Ruskin em meados do século XIX. Um caminho do

meio entre a "restauração fiel" em Viollet-Le-Duc e a "preservação" de Ruskin foi apresentado por Patrick Geddes e nomeado abordagem cirúrgica. Baseou-se em uma abordagem de renovação urbana seletiva, que exigia intervenção mínima (KIM, 2010).

Como figura fundamental nos campos da arquitetura e da história urbana, Camilo Sitte (1843-1903) desenvolveu uma teoria e regras específicas para um modelo de planejamento urbano fundamentado na conservação e nos princípios artísticos tradicionais. Publicado em 1889, *The Art of Building Cities: city building to its artistical elements* foi um trabalho fundamental no campo da conservação urbana. Além disso, as percepções de Sitte sobre o desenho dos planos das cidades italianas permitiram que ele inferisse que os antigos planos urbanos eram concebidos de forma flexível, permitindo que os edifícios "fossem erigidos in natura" (Sitte 1945, 32), sem a rígida delimitação presente nos planos modernos, fortemente criticado por Sitte.

Neste mesmo período surge a ideia de uma "restauração científica" na Itália com Gustavo Giovannoni. A nova abordagem é apresentada na Assembleia Internacional de Atenas em 1931 e passa então a influenciar a política moderna de conservação. A ideia de uma "restauração científica", fundamenta pela primeira vez o conceito de conservação de uma área e não elementos individuais. A teoria de Giovannoni, conhecida como "adequação do tecido urbano", comprometeu-se com a modernização e conservação das cidades, mantendo o tráfego pesado fora das áreas históricas, evitando novos recortes na malha viária, além de melhorar condições sociais e higiênicas urbanas (ZUCCONI, 2014).

Nesta fase, a Carta de Atenas (1931), que compreendeu orientações para a política de conservação moderna, tornou-se a diretriz fundamental para outros documentos internacionais de preservação histórica. Até então a abordagem da conservação ainda era uma abordagem "baseada em material", que se preocupava com intervenções mínimas ao patrimônio, no que diz respeito à estrutura material, a fim de garantir sua proteção (ZEAYTER; MANSOUR, 2018).

No período após a Segunda Guerra Mundial, foi fundada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Desde então, o conceito de significância cultural foi estabelecido e desempenhou um papel fundamental no movimento de conservação, principalmente na interpretação do valor patrimonial (CHANDAN; KUMAR, 2019; DASTGERDI; DE LUCA, 2018). Nesse panorama, revisa-se na sequência os valores e ideologias promovidos pela UNESCO no âmbito do movimento de conservação moderna e contemporânea.

2.1 POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO MODERNAS CONTEMPORÂNEAS

Segundo a teoria moderna de restauração, as ações foram direcionadas para a preservação da significância histórica dentro de um contexto de adaptabilidade para com as necessidades da sociedade moderna. O trabalho do historiador austríaco Alois Reigel (1858-1905) enfatizou a autenticidade da escala de construção do edifício para o nível urbano. O historiador apresentou dois domínios principais de ações de conservação: aqueles relativos aos valores memoriais (i.e. idade, valor histórico e memorial pretendido); e aqueles relativos aos valores atuais (i.e. uso, arte, novidade e valor relativo da arte). Essa mudança de escala, do edifício para a cidade, foi enfatizada após a Segunda Guerra Mundial, considerando o processo de reconstrução dos países após o fim da guerra (CHANDAN; KUMAR, 2019; KIM, 2010).

Desta forma, a nova abordagem intitula-se conservação urbana, cujo foco é a conservação de uma área composta por um conjunto de elementos. É estabelecido pela literatura neste momento (COLAVITTI, 2011; DASTGERDI; DE LUCA, 2018; ZEAYTER; MANSOUR, 2018) as políticas de conservação urbana pautadas em três objetivos interrelacionados: físico - adaptação da paisagem urbana; espacial - uso eficiente dos espaços e viabilidade da circulação e do trânsito; e social - usuários, comunidade local e população urbana.

O primeiro reconhecimento oficial das áreas urbanas em conservação foi apresentado na Carta de Veneza de 1964, elaborada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos²:

O conceito de monumento histórico abrange não apenas uma única obra arquitetônica, mas também o ambiente urbano ou rural no qual se encontra a evidência de uma civilização particular, um desenvolvimento significativo ou um evento histórico. Isso se aplica não só a grandes obras de arte, mas também a obras mais modestas do passado que adquiriram significado cultural com o passar do tempo [tradução nossa] (Definitions, Article 1, Venice Charter, 1964)³.

Apesar de tais esforços, a carta foi considerada bastante superficial em termos de orientações e ações para a conservação do patrimônio em áreas urbanas. Grande parte do texto focou-se no discurso sobre monumentos ou edifícios isolados, não apresentando maiores esclarecimentos em nível municipal (AHMAD, 2006; JOKILEHTO, 1998).

² The complete charter is available at: <https://www.icomos.org/charters/venice_e.pdf>.

³ Tradução da autora: “The concept of a historic monument embraces not only the single architectural work but also the urban or rural setting in which is found the evidence of a particular civilization, a significant development or a historic event. This applies not only to great works of art but also to more modest works of the past which have acquired cultural significance with the passing of time”.

A partir deste contexto, em abordagens contemporâneas que são temporalmente definidas na literatura a partir do início da década de 1990, a influência do planejamento urbano foi amplamente reconhecida no campo da conservação. As estratégias de desenvolvimento urbano têm buscado um equilíbrio adequado entre compromisso público, investimentos privados e iniciativa comunitária. Referido como um período de globalização nas ações de conservação, a coordenação das atividades nas áreas do núcleo histórico, equilibra a responsabilidade do Estado na preservação do patrimônio cultural como parte de seu papel na garantia da gestão dos recursos e da sustentabilidade do desenvolvimento (CHANDAN; KUMAR, 2019).

Os debates recentes envolvendo a conservação urbana são enquadrados pelas abordagens que foram estabelecidas internacionalmente como a "abordagem sustentável", a abordagem do turismo cultural, a abordagem do patrimônio vivo e a "abordagem histórica da paisagem urbana". Essas abordagens foram adotadas em nível nacional e transformadas em leis, que formam o marco legislativo de projetos e políticas de conservação nesses países (CARDONE, 2019; DASTGERDI; DE LUCA, 2018).

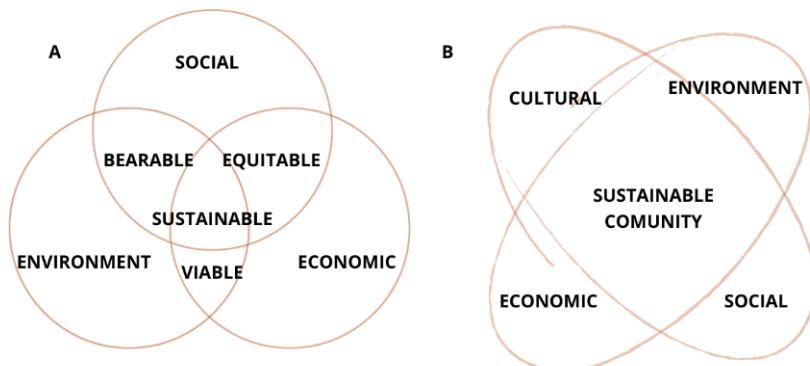
Significativamente, todas essas abordagens ainda são praticadas simultaneamente nas estratégias de conservação do patrimônio construído e envolvem investigações históricas e físicas. A aplicação dessas estratégias é baseada em quatro pilares-chave: seletividade, autenticidade, integridade e sustentabilidade. O patrimônio cultural, conforme definido no Artigo 1 do World Heritage Centre (WHC), inclui "monumentos, grupos de edifícios e locais de valor cultural". Os critérios de seletividade na "conservação do patrimônio construído" se estabelecem em dois fatores: valor histórico, ou seja, a idade e a raridade dos edifícios desempenham um papel fundamental nas tendências contemporâneas de conservação; e valor estético, o valor artístico estético atribuído ao patrimônio construído de fato endossa a valorização superficial da aparência externa do patrimônio construído (CHANDAN; KUMAR, 2019).

Em relação ao segundo fator, o "Documento de Nara' sobre 'Autenticidade' (ICOMOS, 1994) define fontes de informação como "todas as fontes materiais, escritas, orais e figurativas que possibilitam identificar a natureza, as especificações e a história do patrimônio cultural". Com base nessa definição, a credibilidade e a veracidade das fontes de informação são os principais critérios para julgar a autenticidade do patrimônio cultural.

A literatura ainda identifica cinco pilares relativos à autenticidade/integridade nas ações de conservação: garantir a veracidade da unidade interna dos objetos conservados, que guarda a qualidade estrutural da restauração; credibilidade da fonte da informação e evidências documentais; estabelecer integridade funcional; evitar a replicação para melhorar a qualidade visual do artefato urbano conservado; e contexto social e tradição viva. Por fim, os três aspectos relativos ao

desenvolvimento de projetos sustentáveis na conservação são as dimensões ambiental, econômica e social como ilustrado na Figura 01 A.

Figura 01 – Modelos de Desenvolvimento Sustentável na Conservação.



Fonte: Dastgerdi e de Luca (2018).

Na literatura também se argumenta a cultura como um quarto pilar independente da sustentabilidade (Figura 01 B), defendendo que a preservação do patrimônio tenha dimensões ambientais e econômicas significativas, bem como uma sociocultural. De fato, o patrimônio é potencialmente explorado como uma atividade social que aborda questões como qualidade de vida; atividade econômica associada ao planejamento e ao desenvolvimento sustentável; e uma atividade ambiental com potencial para desempenhar um papel significativo na tentativa de preservar recursos. Diante dessa perspectiva, as atividades que englobam o planejamento patrimonial, que é a combinação de preservação do patrimônio e planejamento urbano, vêm ganhando espaço e importância no debate atual nas políticas sobre conservação. Decorre do pressuposto de que as comunidades cuidam de lugares históricos valorizados; e o seu significado fornece razões para retê-los (DASTGERDI; DE LUCA, 2018).

Nesse escopo, na próxima seção revisamos os principais aspectos relativos ao planejamento patrimonial e à delimitação e gestão de sítios históricos urbanos.

2.2 PLANEJAMENTO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANAS HISTÓRICAS

O significado de um lugar inclui diversos valores culturais e naturais. Esses valores tendem a crescer em força e complexidade ao longo do tempo, à medida que a percepção das pessoas sobre um lugar aprofunda-se. Compreender e articular os valores e a importância de um tecido histórico são necessários para informar as decisões sobre seu futuro (AHMAD, 2006; CARDONE, 2019; WHITEHAND; GU, 2010).

A experiência urbana contemporânea abrange funções importantes adicionais, como a construção de formas monumentais capazes de competir entre si pelo tamanho, sentido e beleza, mas também por poder representar simbolicamente as aspirações dessa sociedade urbana particular com suas manifestações culturais. No entanto, como a cidade é o lugar onde todas as experiências de uma civilização se desenvolvem, a cidade passa as experiências positivas e formativas e, ao mesmo tempo, as integra com as novas, em um processo contínuo de produção cultural (COLAVITTI, 2011).

Como observou Aymonino (2000) a análise urbana fornece um marco das relações, ou seja, gera leis para regular o diálogo entre uma intervenção e seu entorno, um projeto e um lugar, para que a investigação se torne um parâmetro necessário para o planejamento, especialmente em questões de conservação. Diante disso, são levantadas diversas questões relativas à seleção de abordagens analíticas capazes de captar tal complexidade histórica e social do espaço urbano, e possivelmente uma base informativa para atividades de planejamento e conservação do patrimônio (CARDONE, 2019).

Uma possível abordagem é a aplicação de teorias morfológicas urbanas como ferramenta de diagnóstico para interpretar o processo evolutivo de sua forma física. As dimensões temporal e física da paisagem urbana, juntamente com os agentes, podem estar associadas a ondas cíclicas de mudança ao longo do tempo do tecido urbano, como explorado no campo da morfologia urbana. Conceitos clássicos como a ideia de "regiões morfológicas", centrais à abordagem histórico-geográfica, (CONZEN, 1975, 1988) oferece, por exemplo, uma evidência sólida das várias maneiras pelas quais as características espaciais urbanas são historicamente estratificadas.

Considerando o exposto, na próxima seção introduz-se o recorte teórico sobre a morfologia urbana como disciplina investigativa focada nos padrões da forma urbana. Entre as disciplinas relativas ao ambiente construído, a morfologia urbana é aquela que peculiarmente colocou a investigação da historicidade da paisagem urbana como aspecto central desde a própria fundação da disciplina moderna no início da década de 1960 (GU, 2019; SCHEER, 2015).

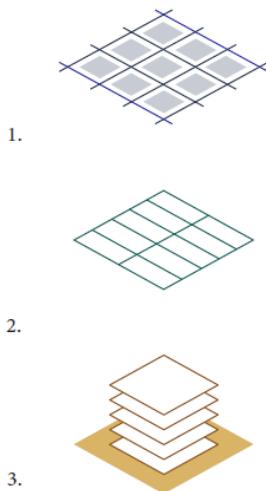
3. MORFOLOGIA URBANA E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO

As teorias morfológicas urbanas, e particularmente na tradição conzeniana como discutiremos na sequência, articulam uma abordagem analítica para investigar como as paisagens urbanas se desenvolveram historicamente, de maneira a informar aos diversos processos de tomada de decisão sobre conservação e desenvolvimento do espaço urbano.

Os estudos clássicos em morfologia urbana definem componentes básicos da forma física das cidades que são primordiais para o desenvolvimento, considerando diferentes escalas: 1) o sistema

vias; 2) parcelas e quarteirões e 3) o sistema construído representado pelos edifícios. A análise morfológica realiza-se por meio da investigação sistemática desses três elementos isoladamente ou, mais comumente, em suas relações espaciais agrupadas (MOUDON, 1997; SCHEER, 2015, 2019).

Figura 02 – Componentes da forma urbana: (1) sistema de vias, (2) lotes, (3) edifícios.



Fonte: Bobkova (2019).

Uma vez compreendido quais são os componentes da forma urbana, ressalta-se a relação hierárquica entre estes três elementos. A hierarquia estabelece-se por meio do grau de persistência destes componentes: O sistema de vias, segundo Scheer (2001), é o elemento mais resistente na estrutura urbana, e são normalmente demarcados previamente em relação aos outros dois componentes. Na sequência, as parcelas, que são a conexão entre a cidade física e percepção de propriedade jurídica e legal, apresentam resiliência moderada à mudança. O sistema de lotes e a rede de ruas são o tabuleiro sobre o qual os edifícios são construídos. Assim, o edifício é o elemento de menor persistência quando comparado aos demais.

A morfologia urbana opera como um arcabouço informativo para outras disciplinas, como o design urbano e o planejamento. Larkham (2019, p. 505) complementa que a "relação entre forma urbana e design tornou-se evidente nas profissões de planejamento urbano e design urbano — por exemplo, sendo identificada como uma das áreas significativas do conhecimento contribuindo para o que um designer urbano deve saber".

A abordagem histórico-geográfica, da Escola Conzeniana de Morfologia Urbana, é uma das abordagens analíticas para descrever, explicar e prescrever a forma física das cidades e auxiliar na compreensão de como essa forma é continuamente moldada por diferentes agentes e processos ao longo do tempo (CONZEN, 1960; WHITEHAND, 2001; OLIVEIRA, 2019). Dentro dessa

abordagem, o conceito de região morfológica – e o método de regionalização morfológica – são um dos mais importantes no reconhecimento da estrutura histórico-geográfica da paisagem urbana (CONZEN, 2004).

Os estudos clássicos e teorias em Morfologia Urbana desenvolvidos pelo geógrafo histórico alemão M.R.G. Conzen foram inicialmente apresentados em sua obra seminal "Alnwick, Northumberland: um estudo em análise de plano da cidade". Publicada em 1960, o livro apresenta uma extensa análise do plano da cidade histórica de Alnwick, Reino Unido, sendo referência nos estudos sobre a forma urbana, principalmente em termos de uma descrição morfológica do caráter histórico das cidades britânicas.

É central para a análise do Conzen o reconhecimento da estratificação histórica da paisagem urbana. Essa estrutura inherentemente histórica-geográfica das paisagens urbanas estabelece motivos para a identificação de tipos de tecido urbano nesta estruturação que traduz fisicamente o nexo histórico da paisagem. Whitehand (2009, p. 8) afirma que "é isso que a regionalização morfológica busca capturar. Para entender esses padrões geográficos (tipos de tecidos urbanos) em uma cidade é necessário apreciar como os diversos componentes da paisagem urbana se relacionam".

Na seção a seguir introduz-se o conceito e o método de regionalização morfológica, explorando especificamente seu uso em uma abordagem analítica para a delimitação de tecidos urbanos históricos dentro de propósitos de conservação.

3.1 O CONCEITO E O MÉTODO DE REGIONALIZAÇÃO MORFOLÓGICA

De acordo com Conzen, o conceito de região morfológica, também referida como unidades de paisagem, reconhece a forma como as paisagens urbanas são estruturadas temporal e historicamente: a existência de áreas unitárias que compõem uma combinação individualizada dos três elementos básicos da forma urbana, ou seja, ruas, lotes e edifícios (CONZEN, 1988). Como tal, reconhece-se que a cidade é constituída por diversos padrões morfológicos dado o grau de persistência da forma dos três elementos básicos e a forma de como esses componentes estão inter-relacionados. Uma vez que essas relações são reconhecidas, torna-se possível a delimitação de uma região através da descrição das semelhanças morfológicas dos padrões espaciais, que são gradualmente distintas de seus vizinhos e, portanto, contribui para a estratificação histórica de uma cidade referida por Conzen acima.

De fato, o método de regionalização morfológica é a abordagem mais integrativa no repertório Conzeniano (GU, 2019; WHITEHAND, 2009). Porque, ao invés de enfatizar um elemento específico

da paisagem urbana, destaca a combinação dos vários componentes da forma urbana: a ênfase está na integração dos elementos e como eles constituem um padrão ao invés de elementos isolados.

Diante do exposto, acrescentamos que o método de regionalização morfológica tem sido continuamente aplicado nas últimas três décadas, principalmente em termos de pesquisas sobre conservação e planejamento patrimonial. Decorrente do trabalho clássico do Conzen sobre Ludlow (1988, 2004), os investigadores replicaram e adaptaram o método tradicional para realizar novas aplicações. Alguns desses estudos exploraram a importância da regionalização em termos de planejamento urbano e legislação (GU, 2014; KROPF, 1995, 1996, 2012) e planejamento e conservação (BARRET, 1996; BIENSTMAN, 2007; JONES, 1991; LARKHAM; MORTON, 2011; WHITEHAND; GU, 2007). Esses dois temas serão abordados na discussão a seguir, a fim de demonstrar as potencialidades de integração da prática de planejamento e planos de conservação com o conceito teórico de regionalização morfológica.

Há, no entanto, um importante aspecto técnico a ser reconhecido no processo de regionalização e representação da estrutura paisagística urbana em mapas, tanto para morfologia urbana quanto geografia. Como as formas observáveis (ou seja, ruas, lotes, edifícios, espaços entre outras características) são articuladas representa uma fonte fundamental de estímulo estético, informação histórica e orientação prática para o estudo das estruturas físicas das cidades. Ao representar a estrutura da paisagem urbana como regiões morfológicas, condicionamos a oportunidade de mudança, mas também a restringimos para os habitantes de uma área.

Conforme expresso por Gu (2019), analisar a forma da cidade de acordo com áreas de padrões morfológicos está, por um lado, implicando na investigação de como as paisagens urbanas são compostas e, por outro lado, uma parte fundamental no planejamento, desenho e adição à paisagem urbana existente.

4. A DELIMITAÇÃO DE REGIÕES MORFOLÓGICAS: UMA ABORDAGEM ANALÍTICA PARA A CONSERVAÇÃO URBANA

De acordo com os estudos apresentados por Gu (2014, 2019), Larkham e Morton (2011) Whitehand (2009), Kropf (1995, 1996, 2012) e Oliveira (2020), o processo de delimitação de uma área é uma atividade fundamental para planejadores urbanos, no sentido de determinar regiões para a aplicação de políticas, zoneamento ou ações de preservação. O processo de gestão da paisagem urbana não é apenas a questão da preservação como será discutido na sequência. Em termos práticos, os urbanistas estão constantemente lidando com a acomodação e coordenação de novos usos, bem como incorporando novas formas dentro de tecidos históricos. Tal perspectiva coloca em questão

justamente a eficácia do método tradicional de zoneamento que, além da delimitação sensível do uso da terra, não apresenta mais relatos sobre o caráter histórico e cultural da paisagem urbana.

Diante dessas questões, as Regiões Morfológicas já foram exploradas como ferramenta para o estabelecimento de um zoneamento morfológico. Como aponta Whitehand (2009), o caráter das Regiões Morfológicas é uma base teórica e prática para decidir o que deve ser mantido na forma urbana (principalmente em sítios históricos) e, ao mesmo tempo, o ponto de partida no processo de adaptação da paisagem urbana dentro de novas propostas de design. Com base no histórico-geográfico conzeniano, a identificação das Regiões Morfológicas apresenta princípios semelhantes da Escola Italiana de Morfologia Urbana, também referida como escola tipológica muratoriana, na qual as formas físicas e arranjos da cidade não são apenas compreendidas através das lentes de um processo cultural e histórico evolutivo, mas também são entendidas como padrões tipológicos para novas intervenções (CATALDI, 2003; MARETTO, 2013).

Nos trabalhos de Kropf (2012; 1995) encontram-se exemplos de diretrizes morfológica como alternativa ao zoneamento tradicional no sistema de planejamento francês. O desenho urbano é essencialmente uma atividade interdisciplinar e, neste caso percebe-se que as diretrizes para ocupação e transformação do tecido pautam-se na forma urbana existente, para que as transformações estejam em conformidade com o tecido urbano já estabelecido (CARMONA; MARSHALL; STEVENS, 2006; GU, 2014; KROPPF, 2012). Uma abordagem morfológica para o zoneamento urbano caracteriza-se por uma gestão baseada nas formas de paisagens urbanas, pois a análise evolutiva da forma urbana é tida como base para o desenvolvimento, coordenação e controle do desenvolvimento da paisagem urbana. Portanto, Kropf (2012, p. 172) afirma que a definição de diretrizes por uma abordagem morfológica é um método “de caráter local e regional”. Para estabelecer estas diretrizes morfológicas, o autor faz uso da morfologia urbana, em específico da tipologia edilícia.

Ao combinar tipologia e morfologia e a motivação para aplicar novas abordagens, o autor apresenta exemplos de Planos Urbanos Locais (Plano Local d'Urbanismo - PLU) que incorporaram a análise tipomorfológica:

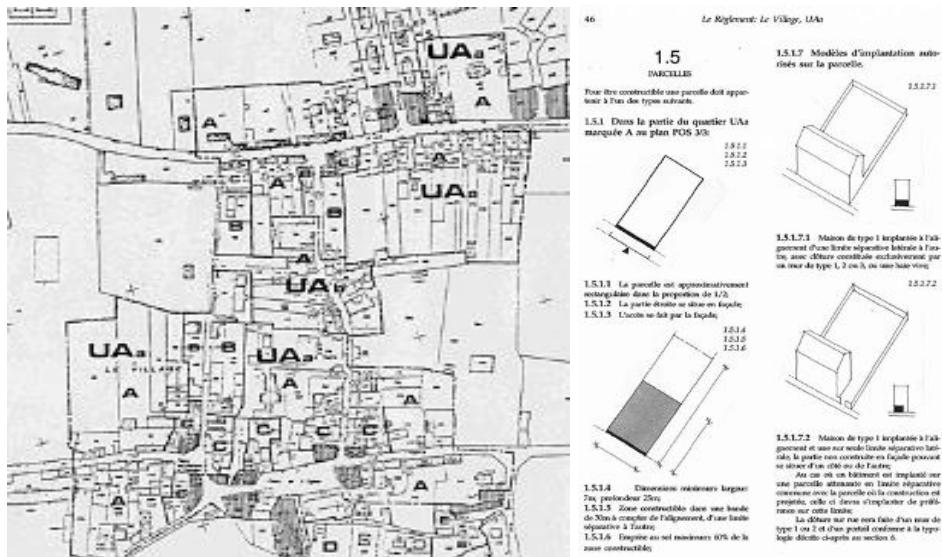
A abordagem tipomorfológica para a delimitação de diretrizes urbanas pode ser chamada de zoneamento morfológico ou baseado em formas [...] Como um método distinto, pode ser entendido pela fusão pragmática de dois sistemas: o sistema de zoneamento de planejamento e controle de desenvolvimento, por um lado, e a análise e composição tipomorfológica, por outro. [tradução nossa] (KROPPF, 2012, p. 172)⁴.

⁴ Tradução da autora: “An alternative description or label for the typomorphological approach to urban coding is form-based or morphological zoning [...] As a distinct method it can be seen as a pragmatic fusion of two ready-made systems: the zoning system of planning and development control on the one hand and typomorphological analysis and composition on the other”.

A análise tipomorfológica urbana é um método analítico para realizar a classificação do tecido urbano em tipos morfológicos. O método sustenta-se por avaliações visuais de informações cartográficas, nas quais mudanças de forma urbana são comumente observadas em uma perspectiva diacrônica. O desenvolvimento de diretrizes tipomorfológicas é, portanto, o uso dessas categorias como referência para regular e orientar coerentemente a forma urbana segundo as classes morfológicas existentes. A depender do propósito dessa classificação e da escala de resolução, os critérios de categorização podem levar em consideração características arquitetônicas, como materiais de construção, o projeto, a idade dos edifícios ou divisões de lotes, entre outros. E para isso, é particularmente relevante em termos de fins de conservação urbana.

A aplicação deste método é apresentado por Kropf (2012) em Asnières-sur-Oise, uma comuna do departamento de Val-d'Oise em Île-de-France, no norte da França. A análise parte do estudo do plano local de acordo com o conteúdo do *Règlement* - uma estrutura geral obrigatória no planejamento francês referente a ocupação e uso do solo que devem ser aplicadas em proposições de planejamento. O mapa da Figura 3 ilustra a delimitação das zonas e sub-zonas para o Plano Local d'Urbanismo – PLU, concebido com base na descrição dos padrões tipomorfológicos do assentamento. Portanto, o processo de delimitação do mapa comprometeu-se a caracterização morfológica de Asnières-sur-Oise como um elemento chave para a proposta de zoneamento e a prescrição de orientações do desenho urbano de cada sub-zona.

Figura 03 – Plano de zoneamento para Asnières-sur-Oise.



Fonte: Kropf (2012, p. 174).

Além da delimitação das zonas, as descrições morfológicas dos tipos morfológicos foram traduzidas em diretrizes, a fim de prescrever adequadamente o caráter da área, como ilustrado na

Figura 03. Tais diretrizes ou códigos tratam de orientar áreas de ocupação das parcelas, posicionamento dos edifícios, tipos de acesso, dentre outras características. Assim, os códigos foram especificados de acordo com os tipos legítimos em diferentes escalas, "começando com aqueles relacionados ao sistema de vias, depois aos lotes e edifícios" (KROPF, 2012, p. 173).

O argumento central é a caracterização o padrão morfológico de uma região, a fim de fornecer detalhes valiosos para o design e o planejamento urbano futuro. Nessa perspectiva, novas formas urbanas e a transformação das já existentes poderiam dar continuidade ao caráter morfológico da área central histórica das Asnières-sur-Oise, conforme expresso por Kropf (2012, p. 173):

Trata-se de um meio direto de ‘aprender com a história’ ou melhor, aprender com a experiência anterior, tanto de construção quanto de usar estes códigos como meio de direcionar o desenvolvimento. Neste caso, a ideia de aprender com a história se aplica de duas maneiras. Por um lado, é possível aprender com o tecido físico da cidade. Por outro lado, ganhar perspectiva sobre o passado recente torna possível ver as formas suburbanas impostas por códigos anteriores como produto de uma ideologia enraizada em um momento histórico particular [tradução nossa]⁵.

Aplicações semelhantes desse processo de caracterização da paisagem urbana através do desenvolvimento de diretrizes morfológicas dentro de um sistema de planejamento também são apresentadas em um estudo sobre a área suburbana de Auckland, Nova Zelândia por Gu (GU, 2014, 2018). Da mesma forma que Kropf (2012), Gu (2014) apresenta a ideia de codificação morfológica por meio de uma abordagem evolutiva da estrutura da forma urbana e das delimitações do que o autor chama de "unidades de paisagens urbanas" (CONZEN, 1988). A análise morfológica do histórico subúrbio *Parnell* foi realizada para definir suas unidades paisagísticas urbanas, e a partir dessas unidades prescrever diretrizes para as áreas de zoneamento. Assim, a estrutura morfológica da área de estudo foi avaliada com base em atributos detalhados da forma física, como plano urbano (ou seja, ruas, lotes, quarteirões, e características topográficas), tecido edificado (materiais, a sua relação com o lote e a rua), uso do solo e vegetação (ver Figura 4 na página seguinte).

O processo metodológico para a delimitação das áreas ocorre da seguinte maneira: delimita-se as principais diferenças morfológicas ao nível do plano urbano, observando as principais mudanças na configuração dos lotes. Esta etapa resulta na delimitação das sete unidades do plano ilustradas na Figura 4 A. Da mesma forma, os tipos edificados foram agrupados espacialmente em cinco categorias de acordo com atributos formais (forma, distribuição na parcela) e características arquitetônicas

⁵ Tradução da autora: “This is a direct means of ‘learning from history’ or better, learning from previous experience, both of building and of using codes as a means of controlling development. In this case the idea of learning from history applies in two ways. On the one hand, it is possible to learn from the physical fabric of the settlement as an object lesson. On the other hand, gaining perspective on the recent past makes it possible to see the suburban forms imposed by previous codes as the product of an ideology rooted in particular historical moment”.

(estilo arquitetônico, período de construção, materiais) como mostrado na Figura 4 B. Por fim, os tipos edificados são novamente divididos em oito grupos conforme o seu tipo de uso (Figura 4 C). A sobreposição destes três mapas (Figura 4 A, B, C) resulta na delimitação hierárquica das unidades de paisagens ou regiões morfológicas de *Parnell* (Figura 4 D). A unidade de paisagem de primeira ordem representa as unidades do plano urbano, os limites de segunda ordem são influenciados pelas áreas do tipo de construção. Por fim, as unidades paisagísticas de terceira ordem refletem a classificação por uso (ver Figura 4 D).

Figura 04 - Plano Urbano (A); Tipos Edificados (B); Uso (C); Unidades de Paisagem do centro de *Parnell* (D).

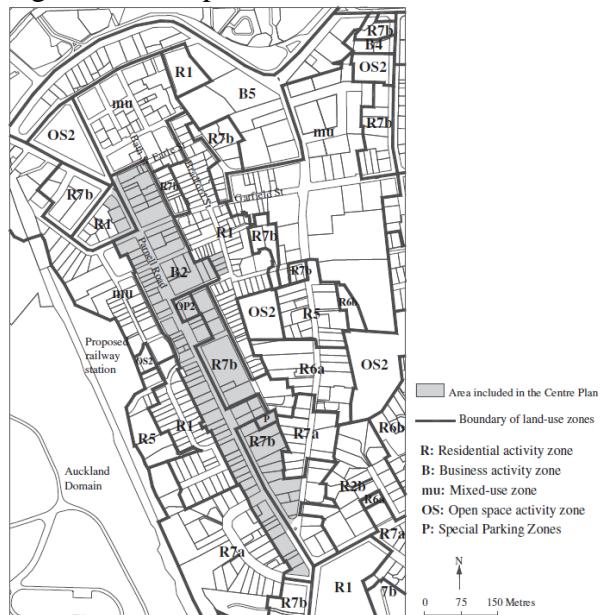


Fonte: Gu (2014, p. 167).

Uma vez que os limites das unidades foram delimitados, o próximo passo trata da prescrição das diretrizes morfológicas para cada zona. O argumento subjacente presente nessa abordagem alternativa é a inserção do caráter histórico da forma urbana representado pelas tipomorfologias no zoneamento de *Parnell*, para orientar o crescimento e as transformações urbanas.

Na Figura 5 é ilustrado o plano do distrito de Parnell, no qual podemos identificar que algumas das divisões do zoneamento coincidem com as unidades de paisagem (Figura 4). No entanto, conforme argumentado acima, as regiões morfológicas ou unidades da paisagem vão além de uma classificação de usos: elas descrevem as "características que dão a cada área seu caráter". Portanto, no estudo de Parnell, Gu (2014) avançou na discussão sobre conservação urbana, elaborando diretrizes de planejamento e orientações de projeto que contribuem para a preservação do caráter físico das unidades de paisagem, não apenas na dimensão do plano urbano, mas também em termos de altura predial e densidade construída, recuos laterais e frontais, regularidade dos lotes, controle de demolições e alterações de edifícios históricos, entre outros.

Figura 05 – Mapa do Plano do Distrito de Parnell, Auckland, Nova Zelândia.



Fonte: (GU, 2014, p. 167).

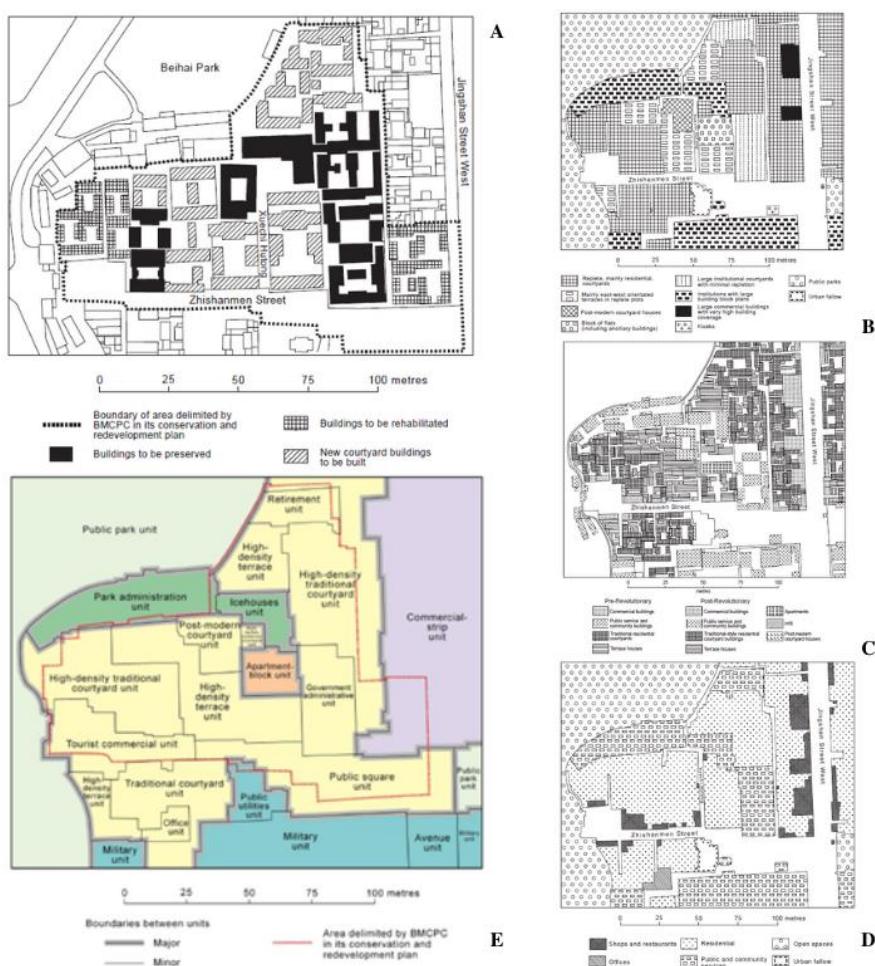
Semelhante ao estudo de Parnell em Auckland, outra aplicação do método de Regionalização Morfológica como suporte para decisões de planejamento e conservação urbana foi realizada por Whitehand e Gu (2007) em uma área histórica de Pequim, China. Portanto, seguindo os passos de Conzen, o método analítico de Regionalização Morfológica foi aplicado na área de Zhishanmen, uma zona que congrega grande importância histórica e turística.

Um aspecto significativo é que a abordagem morfológica foi conduzida na área de Zhishanmen em comparação com a abordagem tradicional empregada pela Comissão Municipal de Planejamento Urbano de Pequim (BMCPC), e como apresentado na Figura 6 (A), os mapas com a delimitação das áreas destinadas à preservação diferem consideravelmente de uma abordagem para outra. A área

delimitada pelo BMCPC baseia-se exclusivamente na localização de edifícios históricos, sem uma preocupação em conectar estes elementos ao contexto edificado.

A combinação dos mapas das unidades do plano urbano (Figura 6 B), dos tipos de edificados (Figura 6 C) e do uso e ocupação (Figura 6 D) forneceu a base para a delimitação de um mapa hierárquico de dois níveis de unidades de paisagem urbana. Os resultados do estudo morfológico apontam que os limites das unidades de paisagem urbanas (Figura 6 E) correspondiam parcialmente ao mapa produzido pelo BMCPC, porém grande parte dos áreas delimitadas pelo plano Municipal não se assemelham às unidades da abordagem histórico-geográfica, e conforme os autores apontam, "julgadas como um limite para fins de conservação da paisagem urbana mas sem um respaldo analítico para a escolha" (WHITEHAND; GU, 2007, p. 661). Portanto, reconhecer a existência do caráter histórico não é suficiente, pois a conservação urbana deve essencialmente tratar do conjunto de elementos que compõem a paisagem das cidades.

Figura 06 – Plano de Conservação para a região de Zhishanmen, Comissão Municipal de Planejamento Urbano de Pequim (BMCPC).



Fonte: Whitehand e Gu (2007, p. 656–661).

Em relação à paisagem urbana histórica, a regionalização morfológica pode apresentar-se como uma ferramenta valiosa para fornecer tais informações aos planejadores e designers: uma base teórica sólida para apoiar a delimitação geográfica das áreas de conservação. Whitehand (2015, 16) argumenta sobre esta aplicação interdisciplinar:

[...] os limites geográficos das áreas de conservação são quase invariavelmente enfatizados por órgãos preocupados com planejamento, conservação e patrimônio; no entanto, a base desses limites, as áreas que eles delimitam e, consequentemente, as políticas de manejo, têm sido habitualmente objetos de pesquisas morfológicas inadequadas⁶. [tradução nossa].

Em um contexto internacional, a UNESCO tem desempenhado um papel de destaque nos debates atuais sobre a preservação das paisagens urbanas históricas por meio de seu órgão consultivo, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (UNESCO, 2019). Tal perspectiva é notável como apontado por Whitehand (2015) uma vez que os membros do Seminário Internacional sobre Forma Urbana (ISUF), também fazem parte do ICOMOS, destacando a potencial interdisciplinaridade entre a morfologia urbana e a conservação urbana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou uma revisão sobre os atuais debates teóricos no campo da morfologia urbana como abordagem complementar às práticas de conservação urbana. As atividades relativas à conservação do patrimônio cultural na forma física urbana ainda são consideravelmente fundamentadas em abordagens que consideram estruturas individuais, muitas vezes edifícios notáveis ou monumentos. Isso se deve, em parte, à configuração histórica da conservação e do patrimônio como disciplinas associadas à arquitetura e aos sujeitos artísticos, conforme revisado nas seções iniciais deste trabalho (AHMAD, 2006; CHANDAN; KUMAR, 2019; DASTGERDI; DE LUCA, 2018; ZEAYTER; MANSOUR, 2018). Com a fundação da UNESCO na década de 1940, o conceito de significância cultural surgiu e desempenhou um papel fundamental no movimento de conservação, principalmente em termos da interpretação patrimonial. Foi estabelecida uma nova perspectiva para ideologias de conservação modernas e contemporâneas, e o mais importante, revelou-se a importância de uma abordagem abrangente da conservação urbana.

⁶ Tradução da autora: “[...] geographical boundaries of conservation areas are almost invariably given great emphasis by bodies concerned with planning, conservation and heritage; yet the basis of those boundaries, the areas they delimit, and consequently the management policies, have habitually been the subjects of inadequate morphological research”.

Não obstante, apesar das cartas e resoluções que orientam as ações de conservação urbana, a literatura destaca que tais instruções e classificações foram consideradas superficiais em termos de orientações e ações para a conservação do patrimônio da forma física urbana, ainda com foco no discurso de monumentos isolados, e não nas cidades como um conjunto. Diante disso, o objetivo desta revisão foi compreender como a aplicação de teorias morfológicas urbanas poderiam respaldar a análise e interpretação do processo evolutivo da forma física urbana, e informar as ações políticas e práticas. As dimensões temporal e física da paisagem urbana podem estar associadas a ondas cíclicas de mudança do tecido urbano ao longo do tempo, como explorado na disciplina da morfologia urbana, em específico o conceito de região morfológica e o método de regionalização morfológica, central à abordagem histórico-geográfica (CONZEN, 1975, 1988).

Os casos analisados inferem que o método de regionalização e a descrição do caráter morfológico das paisagens urbanas, no caso da cidade francesa (KROPF, 1995, 1996, 2012) tanto quanto no estudo de Auckland (GU, 2014, 2018) tiveram uma importante contribuição na delimitação dos limites de zoneamento, nos quais as tipomorfologias foram usadas para agrupar áreas com padrões morfológicos homogêneos. Ambos os trabalhos enfatizaram o papel da morfologia na conservação urbana, utilizando prescrições morfológicas para o desenvolvimento de diretrizes urbanas, a fim de salvaguardar o caráter físico do tecido urbano, considerando não apenas os edifícios existentes, mas também prescrições morfológicas para novas áreas. Portanto, a aplicação de uma abordagem morfológica à conservação urbana proporcionou fundamentos teóricos e sistemáticos significativos para a preservação histórica dos sítios urbanos.

Considerando pesquisas futuras, destacamos a necessidade de novas aplicações abrangentes de teorias morfológicas dentro de atividades de conservação urbana. As proposições metodológicas da regionalização morfológica, como discutido neste trabalho, são distintamente relevantes no debate da conservação urbana, mas também ampliam sua base informativa ao planejamento urbano e à prática de desenho urbano.

REFERÊNCIAS

AHMAD, Yahaya. The scope and definitions of heritage: From tangible to intangible. *International Journal of Heritage Studies*, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 292–300, 2006. DOI: 10.1080/13527250600604639.

AMATO, Federico; MAIMONE, Biagio Antonio; MARTELLOZZO, Federico; NOLÉ, Gabriele; MURGANTE, Beniamino. The effects of urban policies on the development of urban areas. *Sustainability (Switzerland)*, [S. l.], v. 8, n. 4, 2016. DOI: 10.3390/su8040297.

COLAVITTI. *Urban Heritage Management: Planning with History*. [s.l.] : Springer, 2011. Disponível em: <http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195389661/obo-9780195389661>

9780195389661-0119.xml.

AYMONINO, Carlo. **Il significato delle città.** Pádua: Marsilio Editori S.P.A., 2000.

BARKE, Michael. Urban landscape regions and conservation: New approaches and problems in Antequera, Malaga Province, Spain. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 7, p. 3–13, 2003.

BARRET, Heather Joy. **Townscape change and local planning management in city centre conservation areas: the example of Birmingham and Bristol.** Birmingham: A thesis submitted to the Faculty of Arts of The University of Birmingham for the degree of Doctor of Philosophy, 1996.

BIENSTMAN, Hiske. **Morphological Concepts in Urban Landscape Management: The Cases of Alkmaar and Bromsgrove.** Birmingham: Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy School of Geography, Earth and Environmental Sciences University of Birmingham, 2007.

BOBKOVÁ, Evgeniya. **Towards a theory of natural occupation: Developing theoretical, methodological and empirical support for the relation between plot systems and urban processes.** Gothenburg, Sweden: Department of Architecture and Civil Engineering - Chalmers University of Technology, 2019.

CARDONE, Sergio. Operative tools for new approaches towards urban conservation. In: **Professionalism in the Built Heritage Sector.** [s.l.] : CRC Press, 2019.

CARMONA, Matthew; MARSHALL, Stephen; STEVENS, Quentin. Design codes: their use and potential. **Progress in Planning**, [S. l.], v. 65, n. 4, p. 209–289, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.progress.2006.03.008>. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305900606000171>.

CATALDI, Giancarlo. **From Muratori to Caniggia: The origins and development of the Italian school of design typology** **Urban Morphology**, 2003.

CHANDAN, Shradha; KUMAR, Ashwani. Review of Urban conservation practices in historic cities. **International Journal on Emerging Technologies**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 74–84, 2019.

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis.** London: George Philip & Son, 1960. DOI: 10.2307/1790293. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/621094>.

CONZEN, M. R. G. Geography and townscape conservation. In: (H. Uhlig, C. Lienau, Org.) **ANGLO-GERMAN SYMPOSIUM IN APPLIED GEOGRAPHY**, GIESSEN-WÜRZBURG-MÜNCHEN, 1973' **GIESSENER GEOGRAPHISCHE SCHRIFTEN** 1975 1975, **Anais** [...]. [s.l.: s.n.]

CONZEN, M. R. G. Morphogenesis, morphological regions and secular human agency in the historic townscape, as exemplified by Ludlow'. In: DENECKE, D.; SHAW, G. (org.). **Urban historical geography.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 253–272.

CONZEN, M. R. G. Morphogenesis, morphological regions and secular human agency in the historic townscape, as exemplified by Ludlow'. In: CONZEN, M. P. (org.). **Thinking about urban**

form: papers on urban morphology, 1932–1998. [s.l.] : Peter Lang, Oxford, 2004. p. 116–142.

DASTGERDI, Ahmadreza Shirvani; DE LUCA, Giuseppe. Specifying the significance of historic sites in heritage planning. **Conservation Science in Cultural Heritage**, [S. l.], v. 18, n. March, p. 29–39, 2018. DOI: 10.6092/issn.1973-9494/9225.

EUROPEAN COMMISSION. Urban agenda for the EU Multi-level governance in action.

Brussels: Directorate-General for Regional and Urban Policy, 2019. DOI: 10.2776/14095.

Disponível em: <https://ec.europa.eu/futurium/en/urban-agenda-eu/online-brochure-state-play-urban-agenda-eu-multi-level-governance-action-0>.

FISKER, Jens Kaae; CHIAPPINI, Letizia; PUGALIS, Lee; BRUZZESE, Antonella. Enabling urban alternatives: Crises, contestation, and cooperation. **Enabling Urban Alternatives: Crises, Contestation, and Cooperation**, [S. l.], p. 1–292, 2018. DOI: 10.1007/978-981-13-1531-2.

GU, Kai. From urban landscape units to morphological coding: Exploring an alternative approach to zoning in Auckland, New Zealand. **Urban Design International**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 159–174, 2014. DOI: 10.1057/udi.2013.21. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1057/udi.2013.21>.

GU, Kai. The Teaching of Urban Design: A Morphological Approach. **Journal of Planning Education and Research**, [S. l.], n. December 2017, 2018. DOI: 10.1177/0739456X18775480.

GU, Kai. Urban Morphological Regions: Development of an Idea. In: OLIVEIRA, Vítor (org.). **and the Historicogeographical Approach to Urban Morphology**. Switzerland.

J.W.R. WHITEHAND. British urban morphology: The Conzenian tradition. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 103–109, 2001.

JOKILEHTO, Jukka. The context of the Venice Charter (1964). **Conservation and Management of Archaeological Sites**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 229–233, 1998. DOI: 10.1179/135050398793138762.

JONES, A. **The management of residential townscapes**. Birmingham: unpublished PhD thesis, University of Birmingham, UK, 1991.

KIM, Chang-sung. The Development of Attitudes to Historic Conservation - From Eurocentrism to Cultural Diversity. **ARCHITECTURAL RESEARCH**, [S. l.], n. 12, p. 24–32, 2010. DOI: 10.5659/AIKAR.2010.12.1.25.

KROPF, Karl S. Typological Zoning. In: PRETUCCIOLI, Attilio (org.). **Typological Process and Design Theory**. 1. ed. Cambridge, Massachusetts: Aga Khan Program for Islamic Architecture, 1995. p. 178.

KROPF, Karl S. An alternative approach to zoning in France: Typology, historical character and development control. **European Planning Studies**, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 717–737, 1996. DOI: 10.1080/09654319608720376.

KROPF, Karl S. Coding in the French Planning System: From Building Line to Morphological Zoning. In: MARSHALL, Stephen (org.). **Urban Coding and Planning**. 2. ed. London and New York: Routledge, 2012. p. 1–260. DOI: 10.4324/9780203717561.

LARKHAM, Peter J. Extending Urban Morphology: Drawing Together Quantitative and Qualitative Approaches. In: D'ACCI, Luca (org.). **The Mathematics of Urban Morphology. Modeling and Simulation in Science, Engineering and Technology.** [s.l.] : Springer Nature Switzerland, 2019. p. 1–564. Disponível em: http://www.springer.com/series/4960%0Ahttp://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-12381-9_21.

LARKHAM, Peter J.; MORTON, Nick. Drawing lines on maps: Morphological regions and planning practices. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 133–151, 2011.

MAGEEAN, Andrea. Assessing the impact of urban conservation policy and practice: The Chester experience 1955-96. **Planning Perspectives**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 69–97, 1999. DOI: 10.1080/026654399364355.

MARETTO, Marco. Saverio Muratori: Towards a morphological school of urban design. In: URBAN MORPHOLOGY 2013, **Anais** [...]. [s.l.: s.n.] p. 93–106.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 3–10, 1997.

OLIVEIRA, Vítor. An historico-geographical theory of urban form. **Journal of Urbanism**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 412–432, 2019. DOI: 10.1080/17549175.2019.1626266. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17549175.2019.1626266>.

OLIVEIRA, Vítor; YAYGIN, Muzaffer Ali. The concept of the morphological region: Developments and prospects. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 35–52, 2020.

ROBERTS, Peter; SYKES, Hugh; GRANGER, Rachel; NEWTON, Peter; THOMSON, Giles. **Urban Regeneration in Australia**. [s.l.: s.n.]. DOI: 10.4135/9781473921788.n15.

SCHEER, Brenda Case. The epistemology of urban morphology. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 117–134, 2015.

SCHEER, Brenda Case. Urban Morphology as a Research Method. **Planning Knowledge and Research**, [S. l.], n. December 2017, p. 167–181, 2019. DOI: 10.4324/9781315308715-11.

SCHEER, Brenda Case. Historic Infrastructure Left Behind: Should Urban Planners Protect Streets and Blocks? **Journal of the American Planning Association**, [S. l.], v. 86, n. 1, p. 3–10, 2020. DOI: 10.1080/01944363.2019.1667263.

TOMLAN, Michael; JOKILEHTO, Jukka. A History of Architectural Conservation. **APT Bulletin**, [S. l.], v. 35, p. 78, 2004. DOI: 10.2307/4126410.

UNESCO. **The UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape**. Paris.

WHITEHAND, J. W. R. The structure of urban landscapes: Strengthening research and practice. **Urban Morphology**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 5–27, 2009.

WHITEHAND, J. W. R. Editorial comment Conservation , heritage and urban morphology. [S. l.], v. 19, p. 115–116, 2015.

WHITEHAND, J. W. R.; GU, K. Urban conservation in China. **Town Planning Review**, [S. l.], v. 78, n. April, p. 643–670, 2007.

WHITEHAND, J. W. R.; GU, Kai. Conserving urban landscape heritage: A geographical approach. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 6948–6953, 2010. DOI: 10.1016/j.sbspro.2010.05.047. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.05.047>.

ZEAYTER, Hoda; MANSOUR, Ashraf Mansour Habib. Heritage conservation ideologies analysis – Historic urban Landscape approach for a Mediterranean historic city case study. **HBRC Journal**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 345–356, 2018. DOI: 10.1016/j.hbrcj.2017.06.001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.hbrcj.2017.06.001>.

ZUCCONI, Guido. Gustavo Giovannoni: A theory and a practice of urban conservation. **Change Over Time**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 76–91, 2014. DOI: 10.1353/cot.2014.0009.